



Os royalties da discórdia

O pré-sal ainda não começou a ser explorado, mas a polêmica quanto à partilha dos royalties do petróleo está acirrada. De um lado, os estados produtores de petróleo, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Do outro, estados e municípios não-produtores e os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Humberto Souto (PPS-MG) e Marcelo Castro (PMDB-PI), autores da emenda 387/2009, que propõe a distribuição igualitária dos royalties do petróleo da camada pré-sal e das atuais bacias.

> Páginas 3 e 4

UERJ investe em concursos

Desde 2009, a UERJ realiza periodicamente concursos públicos. São oportunidades para profissionais de níveis médio, técnico e de nível superior. Dos concursos realizados em 2010, três estão encerrados: para técnico de enfermagem, para médico de terapia intensiva e para assistentes administrativos. Outros 13 concursos estão em andamento e com previsão de nomeação ainda em 2010. São vagas para advogados, analistas de sistema, engenheiro eletrônico e médicos de diferentes especialidades, entre outras.

> Página 14

Recriando o *Big Bang*

Três mil cientistas de 150 instituições de ensino e pesquisa de 30 países dividem a experiência do Large Hadron Collider (LHC), um grande acelerador de partículas que produz colisões de prótons numa velocidade 99,9999% da velocidade da luz. O LHC foi construído ao longo de dez anos de cooperação internacional dos países envolvidos no experimento, entre eles o Brasil – e, no Brasil, a UERJ.

> Página 13

Pelos Campi

Notícias sobre novo jornal da FAT em Resende, curso no campus de Nova Friburgo e evento no campus de São Gonçalo inauguram a nova seção do Em Questão.

> Página 2

Ilha Grande

O ambiente da Ilha Grande é o título do livro lançado pelo CEADS no final de maio. Traz artigos de professores e pesquisadores dos quatro centros setoriais da Universidade.

> Página 4

Ação afirmativa

Alunos da UERJ participaram de documentário gravado no campus. Faz parte de programa a ser exibido na PBS, TV pública dos EUA, sobre descendentes africanos na América Latina.

> Páginas 5 e 6

Bibliotecas

A Rede Sirius, que administra o acervo das bibliotecas setoriais, escolares e comunitárias, recebeu recursos da Faperj para a reforma da biblioteca do 12º andar.

> Página 10



> EDITORIAL

Uma nova etapa

A partir deste número, o *UERJ em Questão* retoma a sua periodicidade trimestral. A proposta é produzir a cada três meses edições que tratem, em especial, da divulgação científica e da comunicação institucional. A Universidade é o centro dos textos, das análises, da informação.

A caminho de completar 60 anos, a UERJ se mostra (que bom!) como instituição em eterna construção: o aprendizado é estimulado pelas pesquisas, pelos projetos de extensão, pelas parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais. Assim, ao produzir saber, a universidade se mescla à comunidades no seu entorno, à cidade, ao estado, ao mundo.

No primeiro número desta nova fase, o *Em Questão* centra as suas matérias em temas diretamente relacionados ao cotidiano de uma Universidade do porte da UERJ. Traz informações sobre questões internas – a administração da prefeitura do *campus*, notícias dos *campi*, homenagem a professor, concursos públi-

cos – e, especialmente, sobre espaços nos quais a Universidade se faz presente, em diálogo permanente com a sociedade – como na questão dos royalties do petróleo, na ação afirmativa como tema de programa de TV nos EUA; no acervo e no acesso às bibliotecas do *campus* principal, nas pesquisas de Física e de Oceanografia e nas parcerias internacionais.

É estimulante verificar que a Universidade oferece inúmeros assuntos válidos para a divulgação científica. Deste número em diante, o desafio é explorar essa pluralidade de temas e experiências da forma mais precisa e eficiente.

A “nuvem” de palavras gerada a partir dos termos, vocábulos e expressões que compõem esta edição dá a dimensão precisa do conteúdo aqui apresentado: Universidade (UERJ), Rio de Janeiro, professor, alunos, pesquisa, projeto, trabalho e dados permeiam este número do *Em Questão*. Desejamos a todos uma boa e prazerosa leitura.

> PELOS CAMPI

FAT lança seu primeiro jornal

O informativo da Faculdade de Tecnologia (FAT), do Campus Regional de Resende, será lançado no mês de junho. O nome escolhido por votação foi *Fat Fatos*, aprovado com 72% dos votos de professores, alunos e técnico-administrativos. A proposta inicial é divulgar informações sobre todo o universo acadêmico. Cada departamento da instituição terá uma coluna

para divulgar trabalhos, prêmios e pesquisas.

De acordo com a idealizadora do jornal, a técnica-administrativa Cláudia Fróes, o informativo oferecerá uma boa oportunidade para integração entre a comunidade acadêmica e a população em geral, já que serão abordados assuntos de interesse público. “Como o jornal é um excelente veículo de comunicação, vamos

apresentar por meio dele os membros da comunidade interna. Vamos interagir com alunos, terceirizados e com a comunidade em geral. Além disso, uma das idéias mais elogiadas é a Coluna da Transparência, com a agenda da Direção e prestação de contas do *campus* de Resende”, conta.

O informativo será publicado mensalmente e estará disponível nas versões impressa e *on-line*.

ORIGEM abre inscrições para curso

Estão abertas até o dia 11 de junho as inscrições para o curso “Técnicas de Negociação”, oferecido pela ORIGEM Incubadora de Empresas Inovadoras do Instituto de Tecnologia de Nova Friburgo. Poderão participar empresários, gerentes e colaboradores de empresas industriais, comerciais e de serviços, além de estudantes de administração e áreas afins e demais pessoas interessadas no tema.

O objetivo do curso é possibili-

litar aos participantes o conhecimento dos fundamentos e da utilização de instrumentos eficazes de negociação para desenvolvimento e lucro do negócio. As aulas serão realizadas nos dias 12 e 19 de junho, no horário de 9h às 18h.

“Técnicas de Negociação” faz parte do *Projeto de Empreendedorismo*, de iniciativa da Rede de Instituições de Ensino Superior de Nova Friburgo (Reune) em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas), que tem como proposta a disseminação da educação e da cultura empreendedora em Nova Friburgo. O projeto é apoiado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a Associação de Empreendedores da cidade.

As inscrições podem ser feitas na ORIGEM, localizada na Rua Alberto Rangel, s/n, bairro Vila Nova. Informações pelo telefone (24) 2528-8300 (ramal 334) ou pelo e-mail origem@iprj.uerj.br.

Projeto reúne educação, lazer e cultura

A Faculdade de Formação de Professores (FFP), localizada no Campus São Gonçalo da UERJ, oferece aos moradores da região atividades culturais e científicas com o projeto *Sábados no paraíso*. É organizado por estudantes e professores da Instituição em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Gonçalo, artistas e trabalhadores locais. Como o próprio nome indica,

acontece em um sábado de cada mês, das 9 às 14 horas.

O projeto, iniciado em 2008, dá aos moradores da segunda maior cidade fluminense outra opção a bens culturais, como cinema, teatro, oficinas de arte e atividades recreativas. Segundo a Diretora da FFP, Maria Tereza G. Tavares, é um projeto interinstitucional cuja proposta é agregar a comunidade acadêmica à comunidade

local: “Trata-se da democratização da universidade pública em uma região extremamente carente de espaços e atividades culturais”.

Para 2010, a meta é mobilizar mais professores, estudantes e servidores em torno do projeto. Isso servirá para ampliar as parcerias e assim obter apoio financeiro e logístico. *Sábados no paraíso* pretende incluir outros projetos de extensão em desenvolvimento na FFP.



Reitor: Ricardo Vieira Vice-Reitora: Christina Maioli

Diretoria de Comunicação Social • Direção: Sonia Virgínia Moreira Edição: Sonia Virgínia Moreira Pauta: Carlos Moreno e Graça Louzada Reportagem: Janaina Soares, Lúcia Dantas, Karen Cândido, Mariana Pelegrini, Mônica Sousa, Shenara Pantaleão e Zélia Prado Estagiários: Aline Ferreira, Carlos Maestre, Shriley Pereira Fotos: Thiago Facina Versão Online: Renato Gomes Projeto Gráfico e editoração: Rafael Bezerra • Tiragem: 10.000 exemplares Impressão: Infoglobo • Contatos: 21 2334-0638 e comuns@uerj.br

The typeface Ingleby is designed by David Engelby and is available at dafont.com. David Engelby has the creative, intellectual ownership of the original design of Ingleby

Royalties do petróleo

Emenda que propõe a divisão igualitária dos recursos é motivo de discussão

A decisão fará com que os estados produtores deixem de receber uma maior parcela dos royalties pagos pelas empresas que exploram o mineral e põe em pauta alguns questionamentos: vale a premissa de que os estados produtores têm direito adquirido? É legal mudar as regras de distribuição dos royalties do petróleo mesmo que elas já tenham sido regulamentadas previamente? Caso a emenda seja aprovada, qual será o prejuízo do Rio de Janeiro?

De origem inglesa, a palavra royalty significa, de acordo com o dicionário Caldas Aulete, “parcela do valor de um produto ou serviço que é paga quando se vende ao detentor da patente, da concessão, do direito autoral etc., geralmente em forma de porcentagem sobre o lucro ou sobre o preço de venda no mercado”, já que o petróleo é um recurso escasso e não-renovável. Na antiguidade, royalties eram os valores pagos por terceiros ao rei ou ao nobre como compensação pela extração de recursos naturais existentes em suas terras. Muitas vezes incluíam também a caça, a pesca e o uso de bens como pontes ou moinhos.

No Brasil, o Art. 20, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina que: “é assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

O pagamento dos royalties é feito mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional, que repassa os valores respectivos aos bene-

ficiários, com base em cálculos efetuados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). No cálculo do valor a ser pago pelas empresas exploradoras, são levados em conta a alíquota dos royalties do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%, a produção mensal de petróleo produzido pelo campo e o preço de referência do hidrocarboneto no mês. Além dos royalties, as concessionárias estão sujeitas ao pagamento de participação especial (compensação financeira estabelecida pela Lei 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade) e ao pagamento pela ocupação ou retenção de área. De acordo com a legislação brasileira, estados e municípios produtores, além da União, têm direito à maioria absoluta dos royalties do petróleo. A divisão atual é de 40% para a União, 22,5% para estados e 30% para municípios produtores. Os 7,5% restantes são distribuídos para os demais municípios e estados.

A emenda 387 ao PL 5938/2009 foi aprovada pela Câmara dos Deputados (369 votos a favor, 72 contra e duas abstenções) em março de 2010. Ela determina que, preservada a parte da União nos royalties e na participação especial, o restante será dividido entre estados e municípios segundo os critérios dos fundos constitucionais.

No meio de toda a polêmica gerada pela aprovação pela Câmara da ‘Emenda Ibsen’, como é conhecida, está o Rio de Janeiro, estado que recebe a maior quantidade de recursos provenientes dos royalties e que seria o maior prejudicado. De acordo com cálculos do governo do estado, a arrecadação do Rio de Janeiro com royalties do petróleo cairia de aproximadamente R\$ 5 bilhões anuais para cerca de R\$ 100 milhões.

Como forma de protesto, no dia 17 de março deste ano, os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro uniram-se na Cine-lândia. A passeata reuniu, além de populares, personalidades e políticos de diferentes partidos do Rio e do Espírito Santo, chegando a 150 mil pessoas segundo a Polícia Militar.

Caso seja aprovada, a nova partilha afetará as finanças do estado e poderá comprometer a realização da Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, segundo o governo estadual. A medida afetaria ainda, de acordo com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, o reajuste dos servidores do estado e pensionistas. Estudiosos alegam que a mudança pouco mudaria na receita dos estados e municípios não produtores, já que caberia a eles dividir pouco mais de R\$ 4 bilhões.

Análise de especialistas

Para o especialista em Direito Internacional e do Petróleo e pesquisador do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PRO-EALC/UERJ) Prof. Lier Pires Ferreira, é preciso recorrer ao período da Constituinte (1986 a 1988) para entender a polêmica. “O estado de São Paulo bancou, no processo de construção da atual Constituição Federal, uma mudança nas regras de repartição tributária para os setores de hidrocarbonetos (petróleo e gás) e energia elétrica. Sob a influência da bancada paulista, a maior do Congresso Nacional, foi imposta a imunidade tributária do art. 155, II, § 2º, X, “b”

da atual Carta Magna para esses dois setores.

Dessa forma, contrariando toda estrutura tributária brasileira, que faz com que a arrecadação do ICMS, a principal fonte de riqueza dos estados, seja feita no local de produção, onde o bem, produto ou serviço é fabricado ou produzido; hidrocarbonetos e energia elétrica têm sua tributação no local de destino, ou seja, onde são consumidos”, explica. De acordo com o professor, como São Paulo é o maior centro consumidor de petróleo e energia elétrica, é o estado que mais arrecada ICMS sobre o petróleo produzido no Brasil.

O especialista esclarece que a União também capta uma parcela significativa dos recursos gerados pela produção de petróleo e energia elétrica. E pela via da União, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outros mecanismos de repasses financeiros, todos os mais de cinco mil municípios brasileiros recebem recursos que são gerados por essas fontes de riqueza. “Não há, portanto, um ente federativo que não se beneficie da produção de hidrocarbonetos e energia elétrica, onde quer que essas riquezas tenham sido geradas”, afirma.

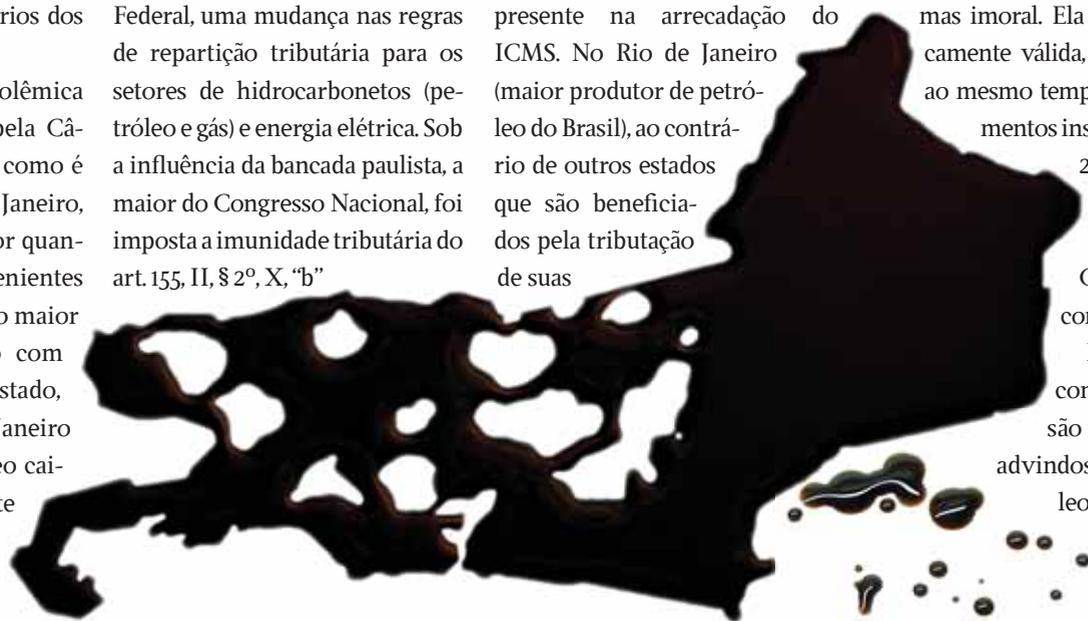
Segundo Lier, a injustiça está presente na arrecadação do ICMS. No Rio de Janeiro (maior produtor de petróleo do Brasil), ao contrário de outros estados que são beneficiados pela tributação de suas

riquezas na origem, isso não acontece, assim como no Paraná, o maior produtor de energia elétrica do Brasil. “Esses estados e sua população em nada se beneficiam da arrecadação de ICMS sobre essas riquezas, pois, por força da imunidade inscrita na Constituição, esse imposto é cobrado no local de destino”, afirma.

A solução encontrada para que os cofres dos grandes produtores de petróleo, gás natural e energia elétrica não ficassem descobertos foi a instituição dos royalties em favor desses mesmos estados produtores, inscrita no Art. 20, parágrafo 1º, da Constituição. “Esse é o mecanismo que compensa, minimamente, as perdas que esses estados tiveram com a imunidade do Art. 155/CF. Os royalties são uma compensação financeira aos estados produtores de hidrocarbonetos e energia elétrica. Consoante o Art. 20, parágrafo 1º da Constituição, são receitas próprias desses estados e municípios, bem como da própria União, e devem ser diretamente distribuídos entre eles pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do Art. 20 do Decreto 2.705/98, que regulou os artigos 45 a 51 da Lei do Petróleo”, ressalta. “Dessa forma, podemos garantir que a mudança proposta pela Emenda Ibsen não apenas é ilegal,

mas imoral. Ela não é juridicamente válida, pois ofende, ao mesmo tempo, os mandamentos inscritos no Art. 20, parágrafo 1º e 6º, parágrafo 4º, da Constituição”, completa.

De acordo com Lier, a divisão dos royalties advindos do petróleo só pode ser



operada por meio de emenda constitucional. “Pela hierarquia das normas jurídicas, uma norma constitucional não pode ser modificada por uma lei, quer ordinária quer complementar. Além disso, a modificação proposta pela Emenda Ibsen ofende a moral republicana, pois penaliza duplamente os estados e municípios produtores dessas riquezas, que delas já não podem tirar os benefícios do recolhimento do ICMS”, diz. O pesquisador acrescenta que, caso a emenda seja aprovada, o Rio de Janeiro poderá propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). “A Emenda Ibsen ofende, ao mesmo tempo, as normas constitucionais, o equilíbrio político-federativo e a moral republicana”, conclui.

David Zylbersztajn, economista e ex-diretor-geral da ANP, também se mostra contrário ao texto. “Essa emenda não faz sentido. Não se muda o que está contratado. A exploração de petróleo está vinculada a compensações, ao uso da infraestrutura e a possíveis danos ambientais. Isso é uma tungada!”, afirma. Na opinião de Zylbersztajn, a aprovação da emenda caracterizará quebra de contrato. “É um absurdo, uma quebra de contrato federativo. Isso pode criar precedentes para ocorrer o mesmo com hidrelétricas e mineradoras. Espero que ele não seja aprovado pelo Congresso. Caso contrário, será uma guerra federativa. Os deputados do Pará vão querer reivindicar o dinheiro do minério, os do Paraná, da hidrelétrica de Itaipu”, compara. Para o economista, futuramente a mudança na partilha poderá ser discutida com maior profundidade. “Devemos levar em consideração a dependência atual da economia do Rio de Janeiro aos recursos oriundos dos royalties, mas um dia esses recursos vão se extinguir”, diz.

Segundo

o subsecretário de Estado de Educação Profissional e Ensino Superior do Rio de Janeiro, João Regazzi Gerk, se a emenda for aprovada, será necessário um corte no orçamento. “É evidente que será necessário haver um corte em todas as instituições. O desastre que aconteceu recentemente no Golfo do México serve de alerta e reforça a necessidade de o Rio de Janeiro manter os royalties”, diz.

Para Cezar Teixeira Honorato, coordenador do Observatório Urbano do Estado do Rio de Janeiro, os royalties são importantes para a economia fluminense, tanto para o setor público quanto para o privado. “Os royalties devem ser entendidos como um ressarcimento pela utilização de um bem finito, pelo custo ambiental e social derivados da produção, beneficiamento e transporte dos bens minerais e pela deseconomia que virá para a região com o esgotamento da exploração. Não se trata de doação para o Rio de Janeiro, mas um ressarcimento. Caso o Governo Federal entenda que parte dos recursos deva ser dividida com os demais estados, que o faça com a sua parcela dos royalties que, aliás, é a maior”, sugere. “Podemos ter uma queda da qualidade e da expansão dos serviços públicos (estradas, abastecimento de água, etc.), inclusive para as empresas. Para a UERJ e todo o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, teremos a paralisação de projetos de pesquisa, extensão, expansão do sistema e de geração de novas tecnologias, além de impactos possíveis sobre os salários”, prevê.

Além do PL 5938/2009, mais três projetos de lei fazem parte do chamado marco regulatório do pré-sal e estão em tramitação no Senado Federal. Eles versam sobre a capitalização da Petrobras, a criação da Petro-Sal (nova estatal) e do Fundo Social.

Livro sobre Ilha Grande

Abordar a pesquisa científica na Ilha Grande, nas diferentes áreas do conhecimento, é o objetivo do livro *O Ambiente da Ilha Grande*. Publicação do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS, a obra foi lançada dia 27 de maio, no Solar da Imperatriz, que abriga a Escola Nacional de Botânica Tropical, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O livro é organizado pelo diretor do CEADS, Marcos Bastos, e pela coordenadora cien-

tífica do Centro, Cátia Callado. A publicação surgiu a partir do relatório “Estudos para o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande”, elaborado a convite do Instituto Estadual de Florestas (IEF), atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Também contou com o financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Os capítulos discor-

rem sobre os aspectos sociais, culturais e da biodiversidade – terrestre e hidrográfica da Ilha. Compreendendo estudos climatológicos, geológicos, geomorfológicos, hidrogeográficos, oceanográficos, biológicos, biogeográficos, econômicos, geopolíticos e socio-culturais. Essas pesquisas atestam a multiplicidade ambiental da Ilha Grande.



Grupo de Risco Ambiental

A chuva torrencial na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro repetiu em abril de 2010 a mesma e conhecida inundação: a Praça da Bandeira ficou submersa, todo o entorno com o trânsito parado e muita gente refém da enchente. Tem sido assim há anos.

O Grupo de Risco Ambiental, criado na Sub-Reitoria de Pós-Graduação da UERJ, em seguida a esse temporal, começou a levantar dados para que seja realizado um estudo completo sobre as bacias dos rios Maracanã, Joana e Trapicheiros, desde as suas nascentes para, ao acompanhar os respectivos cursos, identificar os pontos críticos e as causas das inundações. O grupo irá preparar um relatório para sugerir, sem qualquer intenção política, as ações que poderiam corrigir os problemas de percurso desses rios e seus afluentes.

O Prof. Amaury Ribeiro Destri, doutor em Engenharia com especialização em Cartografia, faz parte do núcleo físico do projeto, na mesma equipe do prof. Dr. Adacto Ottoni, engenheiro civil com especialização em Hidrologia e do Dr. Miguel Tupinambá, geólogo. É o Prof. Amaury quem fala sobre o projeto: “O Grupo de Risco Ambiental é amplo,



Prof. Amaury Ribeiro Destri

com um núcleo que tratará dos aspectos físicos e, outro, dos aspectos sociais. Estão envolvidos no primeiro profissionais das engenharias cartográfica e civil, geologia, e geografia. No aspecto social, precisamos da área biomédica, da medicina social e da assistência social, diz o professor. Precisamos gerar informações importantes – como georeferências sobre cada superfície considerada (como se fossem palavras-chave); uma pesquisa com um banco de dados completo (como, por exemplo: a comunidade X tem tantos habitantes, não tem tratamento de esgoto, nem coleta de lixo; nessa comunidade a situação do rio é, etc). Trata-se de um exame minucioso que em médio

e longo prazo poderá significar uma ação simples e mais barata que qualquer outra: a prevenção”.

O Grupo de Risco Ambiental foi concebido como um trabalho abrangente, que depende de muitas ações – e a educação é o motor de quase todas. Uma rotina doméstica pode servir de exemplo de como se trata o lixo, de como se evita o desperdício de água. As bacias inferiores dos rios que são objetos da pesquisa – Maracanã, Joana e Trapicheiros, além dos seus afluentes – apresentam acúmulo. Além disso, a poluição é visível, sem contar alguns verdadeiros depósitos de lixo como é o caso do Córrego do Lagarto, onde se vê móveis, sucata de ferro e metais.

As campanhas educativas voltadas para o ensino fundamental são cada vez mais importantes nesse processo. É um trabalho diário de conscientizar a população e mudar comportamentos. Para o Prof. Amaury, o objetivo do projeto é levantar dados e fazer o reconhecimento dos problemas e a sua localização. Depois disso, é esperar que surjam as propostas e que sejam criadas políticas públicas de ação. Até lá, a UERJ está fazendo a sua parte.

Documentário PBS

Ação afirmativa na Universidade é tema de programa na TV pública americana

Um debate sobre ação afirmativa com alunos da Universidade foi gravado, em 20 de maio, pela produtora britânica Wall to Wall como parte de uma série de documentários sobre descendentes africanos na América Latina. O especial, que será transmitido em fevereiro de 2011 pela rede de TV americana PBS (Public Broadcasting Service), também inclui uma entrevista com a professora Marilene Nogueira, do Departamento de História e Coordenadora do Laboratório do Estudo das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDES).

A série – dividida em quatro partes, cada uma com duração de uma hora – pretende examinar como os latino-americanos de descendência africana vivem atualmente e, ainda, como os seus países de origem lidam com a questão da dife-

rença de raças. As gravações no Brasil começaram há seis meses e foram realizadas nas cidades de Salvador, Recife, Diamantina, Belo Horizonte e, por último, no Rio de Janeiro. Cuba, República Dominicana, Haiti, México e Peru também fazem parte do roteiro da série de documentários.

Segundo a produtora do documentário, Christina Daniels, a série é reconhecida como uma das maiores e mais importantes sobre a questão racial já feita por uma TV nos Estados Unidos: “A PBS já produziu vários documentários sobre a questão racial, mas nenhum foi tão sério e tão profundo quanto esse que estamos realizando aqui na América Latina”, afirma.

O programa tem como apresentador o professor de Harvard Henry Louis Gates, estudioso da cultura negra.

A ideia desse projeto surgiu a partir de experiências bem-sucedidas do professor: segundo o diretor do documentário, Ricardo Pollack, Gates fez há dez anos um programa sobre raça nos Estados Unidos, que funcionou muito bem. Depois, há cerca de cinco anos, gravou na África.

O tema central do documentário no Brasil é sobre ação afirmativa. Como a UERJ foi a primeira universidade brasileira a aderir em 2003 ao sistema de cotas para afro descendentes, Christina diz que a inclusão da universidade foi uma escolha natural, porque teve e tem um papel fundamental nessa discussão. “Estamos muito felizes e gratos por vocês estarem nos proporcionando essa discussão, pois dessa maneira poderemos mostrar para o público americano o que está acontecendo

aqui no Brasil e o quanto é importante o debate sobre políticas raciais”.

Christina também disse que Gates quis conhecer a história da escravidão na América Latina e o legado que ela deixou nesta região do continente americano. Além disso, o professor quis ver como é tratada no Brasil a questão das cotas raciais, “que é um debate sério e profundo e que já acontece no país há muito tempo. Ele não veio para cá com uma ideia pré-concebida – quis ouvir para poder entender e, aí então, formar opinião a partir do que foi falado”, explica a produtora do programa.

Durante o debate na UERJ, os alunos expressaram suas opiniões sobre a questão de cotas na instituição. No final da gravação, o professor Gates agradeceu a participação de to-

> CONTINUA NA PÁGINA 6

A UERJ foi pioneira na adoção do sistema de reserva de vagas em função de um projeto de lei estadual, com a reserva de 50% de suas vagas no Vestibular de 2003 para estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas da rede pública.

(Fonte: PROINICIAR – SR1)



dos e disse que – acostumado a ensinar e apesar de sua vasta experiência por meio de pesquisas sobre a cultura negra – “sempre há algo mais a ser descoberto. Estou aprendendo com vocês”, disse ele.

Na conversa com os alunos, Gates falou um pouco da

sua vida e de como conseguiu ser bem-sucedido, lembrando que ele é um exemplo vivo de como o sistema de cotas pode dar certo: “Sem a ação afirmativa eu nunca teria sido admitido na universidade. A ação afirmativa deve ser racial e social”, finalizou.

UERJ - Percentual de estudantes negros

> 2002 (antes das cotas)

955 alunos = **7,2%**

Fonte: III Censo dos alunos de graduação da UERJ

> 2008 (Seis anos de vigência das cotas)

2.404 alunos = **16,6%**

Fonte: VI Censo dos alunos de graduação da UERJ

Percentuais por centros:

CEH	19,6%
CTC	11,7%
CBIO	15,7%
CCS	19,4%

Fonte: PROINICIAR – SR1

Lei 5346/08: Em dezembro de 2008 a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro “decreta e sanciona a que em seus artigos estabelece”:

Art. 1º Fica instituído, por dez anos, o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final nos exames vestibulares aos seguintes estudantes, desde que carentes (*Atualmente o corte sócio-econômico definido pela Universidade está em R\$ 960,00 per capita*):

Art. 2º As cotas de vagas para ingresso nas universidades estaduais serão as seguintes, respectivamente:

I - 20% (vinte por cento) para os estudantes negros e indígenas; II - 20% (vinte por cento) para os estudantes oriundos da rede pública de ensino; III - 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Fonte: PROINICIAR



DataUERJ 2010

Anuário atesta transparência da Universidade

O DataUERJ é um anuário que reúne as principais informações sobre a Universidade. Trata-se de uma publicação que foi interrompida em 2004 e retomada em 2008. Nesse reinício, entretanto, não foi possível recompor o período perdido, o que demonstra a importância da continuidade na produção do anuário. É o veículo que fornece os dados necessários para a avaliação da Instituição pelo Ministério da Educação (MEC).

O anuário serve ainda para a melhoria da gestão da UERJ, pois traz uma radiografia das unidades acadêmicas e administrativas. Divulga, ano após ano, informações sobre cursos, docentes, discentes e infraestrutura da Universidade. Além de apresentar dados, o DataUERJ faz uma análise do que está sendo divulgado. Nos comentários, é possível perceber a evolução dos indicadores de avaliação da Instituição, realizar uma crítica qualitativa da Universidade e compreender como a UERJ atua diante da sociedade.

Segundo Lúcia Schmidt, Diretora do Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (Niesc – VR), a coleta das informações é feita de várias formas. “Nos

órgãos onde há um sistema corporativo, estamos trabalhando numa coleta automática. Nos outros órgãos, com menor número de informações, a coleta é doméstica, feita por questionário.” O grande problema do levantamento dos dados, de acordo com a Diretora, diz respeito à mencionada interrupção do DataUERJ durante quatro anos. Com isso, foi necessário reinstaurar o diálogo entre as unidades e o Niesc-VR. “É importante estabelecer uma cultura de repasse de informações”, explica a Diretora. Isso porque a publicação corresponde a um trabalho conjunto do Núcleo e das unidades acadêmicas e administrativas. As unidades devem ficar permanentemente atentas aos prazos e ao registro das informações para o DataUERJ.

De 2008 até a versão de 2010, a publicação sofreu algumas alterações. Na retomada, o foco estava mais na demonstração dos dados do que nos indicadores. Diferentemente do que ocorre na nova versão. “À medida que vamos sentido a necessidade em responder algumas demandas externas, modificamos o DataUERJ, alterando a forma de apresentação dos dados e acres-

centando informações. A publicação muda de formato para facilitar a leitura do conteúdo, porém sem perder a evolução histórica e o poder de comparação entre os anos”, esclarece Lúcia Schmidt.

Para as próximas publicações, o Niesc-VR – juntamente com um conselho construtivo de indicadores, formado por profissionais das áreas de sociologia e medicina – pretende, segundo sua atual Diretora, trabalhar em um “modelo novo de indicadores, que vão avaliar precisamente como a Instituição atende às demandas da sociedade”.

A publicação conta com três formas de apresentação. A versão impressa e a em pen drive oferecem o mesmo conteúdo, são fechadas e lançadas após a coleta de todas as informações. A terceira forma de apresentação, pela internet, é dinâmica e atualizada conforme o repasse dos dados para o Niesc-VR. O lançamento da versão impressa e em pen drive de 2010, que traz os dados de 2009, está previsto para o início do segundo semestre. Parte das informações de 2009 já está disponível no site: <http://www2.datauerj.uerj.br/index.html>.

Alguns números do DataUERJ:

CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES

1996	2009
20% de doutores	60% de doutores
5% de professores de 40h com dedicação exclusiva	20% de professores de 40h com dedicação exclusiva

INVESTIMENTO EM PÓS-GRADUAÇÃO

2003	2007	2008
555 bolsas de pós-graduação	424 bolsas de pós-graduação	834 bolsas de pós-graduação

Fonte: DataUERJ

Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

O legado acadêmico de um professor especial

Pessoa gentil, atenciosa e excelente profissional. Segundo amigos, essa foi a imagem unânime deixada pelo professor de História Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães, falecido no dia 27 de abril, aos 58 anos. Professor adjunto da UERJ e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Manoel Salgado dedicou décadas de sua vida ao estudo e ao ensino da História. Em 1977, graduou-se na área pela Universidade Federal Fluminense (UFF); em 1982, concluiu o mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); em 1987, doutorado em História pela Freie Universität Berlin (Alemanha) e, em 2000, o pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França). No decorrer de sua vida acadêmica, também foi presidente da Associação Nacional de História (Anpuh) e consultor científico do Museu Histórico Nacional.

Na UERJ, local onde cultivou grandes amizades, Manoel lecionou História Moderna e Contemporânea e Teoria da História e Historiografia. Para Tânia Bessone, professora do Departamento de História da UERJ, ele era uma pessoa séria, mas ao mesmo tempo tranquila, atenciosa e um pesquisador respeitado. Tânia conta que o conheceu quando Manoel fez concurso para a UERJ, na década de 80: “Na época eu era chefe do Departamento de História. Começamos a ficar mais próximos porque quando estava para sair a sua nomeação ele precisou viajar para a Alemanha. Ele me ligava com frequência para saber se havia sido publicada no Diário Oficial. Isso fez com que nos aproximássemos”. Os dois pro-



fessores ainda foram colegas na Anpuh e no Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência). “Ele era uma das lideranças do grupo, tinha contatos com pesquisadores europeus e latino-americanos. Nossa amizade se construiu, sobretudo, a partir do elemento história”, recorda. Segundo a professora, Manoel se preocupava muito com a qualidade do ensino e com a formação dos alunos: “Para mim fica a imagem de uma pessoa cortês, educada, atenciosa, de um professor preocupado com o papel do historiador”.

Chefe atual do Departamento de História da UERJ, o Prof. André Campos foi colega de Manoel quando cursaram História na UFF. “É inegável a importância dele como professor, mas antes de tudo ele era o meu amigo de 36 anos. Era uma pessoa muito íntegra, professor competente, profissional respeitável, um grande amigo que infelizmente foi embora de forma prematura. É uma perda para a UERJ e especialmente para o Departamento de História”, emociona-se. “Ele

“Manoel era um mestre na mais pura acepção da palavra, aquele que tem a generosidade de colocar a serviço do outro o que sabe”

ainda tinha uma contribuição muito grande a dar, não apenas do ponto de vista intelectual, mas também afetivo”, complementa André Campos.

Também docente do Departamento de História, Lúcia Bastos já conhecia o Prof. Manoel antes de ele ser contratado pela UERJ. “Fiz parte da banca e tive uma excelente impressão dele não só em relação à parte acadêmica, como também no trato pessoal.

da História. Era um grande mestre respeitado e muito querido por seus alunos. Sabia questionar a história e transmiti-la não só como um conhecimento, mas como uma reflexão de vida a seus alunos e amigos próximos”, conta Lúcia Bastos.

Atual presidente da Anpuh e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Durval Muniz de Albuquerque Júnior também integra a lista de amigos do Prof. Manoel. Os dois se conheceram no Simpósio Nacional de História, realizado em 2001, no Recife. “Desde que nos conhecemos surgiu entre nós uma grande amizade, que se aprofundou quando passamos a ser parceiros acadêmicos, coordenando conjuntamente os simpósios temáticos sobre teoria e escrita da História”, afirma. De acordo com o presidente da Anpuh, Manoel era também um apaixonado pela gastronomia. “Ele adorava boas comidas, notadamente doces, e gostava de convidar os amigos para o entorno de uma mesa, de um café”, conta. “Manoel era um mestre na mais pura acepção da palavra, aquele que tem a generosidade de colocar a serviço do outro o que sabe. Um professor sempre atualizado, rigoroso e exigente, mas ao mesmo tempo sério e competente”, descreve. “Vou guardar a imagem de um homem de opiniões políticas e acadêmicas firmes e arrojadas, do historiador que muito contribuiu para a afirmação do campo dos estudos de teoria e de historiografia brasileira no país, e que através de seus textos pioneiros abriu caminhos para o reconhecimento e a profissionalização dos estudos na área”, conclui.

> ESPECIAL

Os primeiros 20 anos (1950 - 1970)

A fusão entre a Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette (foto 1), a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (2), a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro (3) e a Faculdade de Ciências Médicas, cada qual com sua sede, resultou na criação da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Instituída pela Lei Municipal nº 547, promulgada em quatro de dezembro de 1950, a UDF começa as atividades como instituição privada. Em 1958, passa a ser conhecida como Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e, no mesmo ano, a gratuidade em cursos superiores mantidos por instituições públicas é garantida por lei.

Em 1961, sua nomenclatura muda novamente para Universidade do Estado da Guanabara (UEG), pela incorporação da cidade do Rio de Janeiro ao estado da Guanabara, como fruto da transferência da capital federal para Brasília, no ano anterior.

O edifício Pedro Ernesto (4), conhecido como Campus Fonseca Teles, no bairro de São Cristóvão, abrigava originalmente a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e seu Hospital de Clínicas. Em 1961, chegam outros institutos e faculdades, entre elas a de Engenharia (FEN).

Um ano mais tarde, a UEG recebe do governo o atual

Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) (5), que se torna a nova unidade-escola da FCM, enquanto o Campus Fonseca Teles passa a ser sede administrativa.

Visando a facilidade de acesso dos alunos e a proximidade com o HUPE, somando-se a necessidade de expandir suas dependências, a UEG escolhe a localização para construir seu futuro Campus Francisco Negrão de Lima: a favela do Esqueleto (6). Tal nome foi dado por que o lugar mantinha o esqueleto da estrutura daquele que seria o Hospital das Clínicas da Universidade do Brasil (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), cuja obra foi interrompida em 1930 e a região ao redor sofreu processo de favelização.

O contrato para construção do Campus foi assinado entre representantes do governo, da UEG e da empreiteira responsável em 1969 (7) e a planta começa a ser levantada de imediato (8). Finalizado a partir do esqueleto do Hospital das Clínicas da UB, o Pavilhão Reitor Haroldo Lisboa da Cunha (Haroldinho) (9) foi entregue em agosto de 1970. Enquanto isso, a construção dos demais pavilhões seguiria até 1975 (10), quando os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro se fundem e a universidade passa a se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Sistema de Bibliotecas

Acervo da Rede Sirius nas diversas áreas do conhecimento

A Rede Sirius consiste no complexo de 21 bibliotecas setoriais que atendem aos departamentos dos diversos cursos da Universidade, distribuídos de acordo com os Centros de Educação e Humanidades (4); de Tecnologia e Ciência (8); Biomédico (3) e de Ciências Sociais (3). A Rede também abrange as bibliotecas escolares do Colégio de Aplicação (da 1ª à 5ª série e da 6ª à 9ª série) e a Biblioteca Comunitária (COM), que atende à comunidade do entorno do campus principal, situada no 1º andar, sala 1002, e aberta das 8h às 18h. A Biblioteca Comunitária tem seu acervo distribuído entre as áreas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Assuntos Gerais.

Para que o sistema se mantenha atualizado, com alto padrão de qualidade, a Rede Sirius conta com equipes de bibliotecárias e professores especializados. Para a sua diretora Regina Tinoco Amato, o melhor exemplo da busca desse nível de padrão é a CEH/A – Biblioteca de Educação e Humanidades A, no 12º andar, bloco C, sala 12002, totalmente reestruturada. “Essa unidade foi contemplada com recursos da Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro) e idealizada pelas professoras Elisabeth Macedo e Alice Casimiro Lopes, da Faculdade de Educação. A biblioteca atende os cursos de Comunicação Social, Pedagogia, Psicologia e Nutrição e seus usuários são servidores docentes e técnico-administrativos, discentes com matrícula ativa, alunos residentes, prestadores de serviço e instituições afins”, informa Regina.

A biblioteca foi reformada obedecendo aos padrões de ergonomia, com mobiliário específico, sistema de refrigeração central, equipamento de infor-



Os números da Rede Sirius

Considerando o acervo das bibliotecas setoriais, escolares e comunitária, a UERJ tem os seguintes números de obras:

Livros - 148.267 títulos e 235.715 exemplares

Periódicos - 10.624 títulos e 241.181 fascículos

Correntes - 217 títulos e 1.592 fascículos.

mática, instalação da rede sem fio e com a aquisição de novos títulos. Além de sala de estudos com 21 lugares, três cabines fechadas permitem que grupos de alunos se reúnam, mantendo o silêncio no ambiente do salão. Com a implantação da internet por cabo para o sistema on-line da Rede Sirius, o usuário tem acesso à sua movimentação na biblioteca para efetuar empréstimos, verificar datas de devolução, renovação por até três vezes do mesmo título (desde que outro leitor não o tenha solicitado), além de consulta ao acervo.

Mariângela da Veiga Figueiredo, chefe da CEH/A, ressalta a eficiência da biblioteca e o crescimento da frequência a partir de sua reforma e modernização: “A nova biblioteca é prova de que todos os recursos implantados são plenamente aproveitados, desde os detalhes mais simples, como o mobiliário, à implantação da rede sem fio. É possível para o aluno trabalhar com seu *laptop* conectado ou pesquisar nos computadores do salão. Ter uma refrigeração eficiente assegura o conforto e também a

conservação do acervo. Agora, mais equipada, a CEH/A terá 16 câmeras de segurança instaladas em seu espaço, inibindo qualquer irregularidade”.

A atualização das bibliotecas é outra preocupação constante da Rede Sirius. Mariângela aponta o interesse da diretora Regina Amato em destinar as verbas para esse fim, sempre que possível: “Quanto a isso não temos o menor problema, mas sentimos falta, por exemplo, da colaboração dos professores. As sugestões deles para a aquisição de novos livros são fundamentais. Estamos sempre atentas às ementas para que a biblioteca possa servir adequadamente aos alunos”.

No processo afinado da Rede Sirius, onde as coisas funcionam bem, o único senão, segundo Mariângela, “é o comportamento de alguns usuários, principalmente na sala de estudos, que escrevem e fazem da mesa o seu rascunho. Fica aqui um registro para todos os leitores do *Em Questão*, que usam a nossa biblioteca: este é um patrimônio de todos que estão na Universidade, mas também daqueles que virão. Nosso empenho

em fazer a reforma foi o maior possível. Estamos esperando um retorno igual, para que todos cuidem da sua biblioteca”.

Núcleo de Memória, Informação e Documentação – MID

É neste setor que estão as obras raras e aquelas consideradas não exatamente por sua raridade, mas por conterem algum detalhe especial: uma dedicatória de autor ou algumas anotações feitas por leitor famoso. Para total proteção das obras, elas são expostas em estantes móveis que, juntas, formam um conjunto fechado e são guardadas em temperatura adequada. Acionando o seu mecanismo através de senha, as estantes deslizam sobre trilhos e separam-se umas das outras, tornando possível a visualização.

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Com a sigla BDTD-UERJ, a biblioteca foi implantada em 2006 e hoje é um meio digital de pleno sucesso, abrindo para a comunidade acadêmica as teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da Universidade.

Pela Biblioteca Digital a UERJ integra-se à BDTD Nacional e à base internacional da Network Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD).

A BDTD Nacional, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), coloca um catálogo coletivo das teses brasileiras à disposição de todos no site: <http://bdtid.ibict.br/busca/avancada.jsp>. Assim, a partir do portal, as teses e dissertações armazenadas nas bibliotecas digitais das instituições de ensino superior participantes do projeto, têm o seu texto completo em PDF disponível na rede. É uma iniciativa que favorece a produção acadêmica nacional, além de democratizar o conhecimento científico e estimular outras publicações no meio eletrônico.

Infra-estrutura e novos projetos

A Rede Sirius conta com recursos da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e da agência de fomento estadual (Faperj), por meio do programa Apoio às Universidades Estaduais do Rio de Janeiro – UERJ, UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), UEZO (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste).

A Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo, foi contemplada pelo programa e já trabalha na ampliação física e do material bibliográfico de sua biblioteca. Além do acervo necessário para a nova biblioteca, o objetivo do projeto, elaborado por uma equipe de professoras, é contribuir com a formação de profissionais capazes de formar leitores e disseminar o interesse pela leitura em seus espaços de atuação e intervenção. Nesse processo, a Rede Sirius deixará também a sua marca de qualidade.

Prefeitura dos Campi

Como cuidar de uma pequena cidade

Conhecer a Prefeitura dos *campi* da Universidade é pensar numa pequena cidade. Apenas no *campus* Maracanã (*campus* universitário Francisco Negrão de Lima), com seus 120 mil m² e 170 mil m² de área construída, os dados impressionam: circulam todos os dias no local cerca de 30 mil pessoas, alunos e professores ocupam 291 salas de aula e 118 laboratórios. O consumo mensal de energia elétrica é de 1.500 Megawatt/h (equivalente a 10 mil residências), o consumo de água é de 2 milhões de litros e a produção de lixo é de 64 toneladas por semana.

Os projetos deste ano acontecem em ritmo acelerado, abrangendo várias áreas da universidade, sem deixar as emergências de lado. O prefeito Ivair Machado enumera as atividades da prefeitura com tranqüilidade. Sabe tudo o que está acontecendo, mantém relatórios atualizados e conta, é claro, com uma equipe que faz o trabalho acontecer. “Até agora, os projetos iniciados em 2010 são: a obra do restaurante; a restauração do conjunto esportivo com nova piscina aquecida e adaptada para pessoas com deficiência; campo de futebol com grama sintética; quadra oficial

de tênis; quadra poliesportiva. A principal obra do ano é a troca total da tubulação dos banheiros do bloco F, muito antigos. Estamos também empenhados na impermeabilização do Departamento de Alunos e do ginásio esportivo do ‘Haroldinho’ – o prédio Haroldo Lisboa da Cunha –, onde funcionam as faculdades de Química e Biologia; no Projeto de modernização dos elevadores (três) do mesmo ‘Haroldinho’ e de mais cinco elevadores no João Lyra Filho. Outro projeto esperado há algum tempo é a cobertura da Concha Acústica e a passarela que liga a Concha à Capela Eumênica”.

Outro trabalho recente da Prefeitura foi a informatização da entrada de veículos no *campus* Maracanã e no HUPE (Hospital Universitário Pedro Ernesto). Além disso, a mudança de sistema para a retirada de chaves na portaria é agora muito mais segura, com reconhecimento da impressão digital de quem retira a chave da sua unidade. Há também o projeto de um novo prédio para a Biblioteca Central, em andamento.

Na gestão atual, a UERJ está realizando (ou já realizou) várias obras de grande porte, como a reforma do Teatro Odylo Costa, filho – da fachada ao subsolo – a reforma do Teatro Noel Rosa e da Casa de Cultura Dirce Côrtes Riedel,

“O consumo mensal de energia elétrica é de 1.500 Megawatt/h (equivalente a 10 mil residências), o consumo de água é de 2 milhões de litros e a produção de lixo é de 64 toneladas por semana”

em Botafogo. A Prefeitura também trabalha na restauração das condições de funcionamento do *campus* principal, com a reforma das subestações de energia, a aplicação de piso antiderrapante em 50% das rampas e a recuperação do sistema de automação da iluminação do Pavilhão João Lyra Filho. Outras obras, como a recuperação das calçadas de pedra portuguesa, a construção de rampa para acesso de cadeirantes à agência do Banco Itaú e a pressurização da água na Policlínica Piquet Carneiro são, muito mais do que grandes projetos, a rotina, o cotidiano da prefeitura.

O prefeito Ivair raramente está em seu gabinete. É solicita-

do o tempo todo, circula pelos *campi* e fiscaliza as obras. Conhece profundamente as atribuições da prefeitura: cuidar da segurança pessoal e patrimonial; promover a manutenção das instalações, a limpeza e a conservação dos prédios; organizar o transporte das pessoas; acompanhar as atividades da portaria, fiscalizar o controle do estacionamento e da cessão de espaços físicos; e apoiar o desenvolvimento de estudos e projetos.

Somando recursos

Para que as obras prossigam em 2010 foram liberados R\$ 23 milhões em investimentos. O governo estadual é o maior provedor da UERJ. Mas a Universidade também conta com recursos das agências de fomento FAPERJ e FINEP e, ainda, do BNDES, que liberaram verbas para os projetos apresentados pelos professores, que também administram os recursos. A Prefeitura dos *campi* parece coerente com o que acredita e insere em todos os seus relatórios: “Trabalhando dia e noite para garantir uma UERJ digna para todos”.

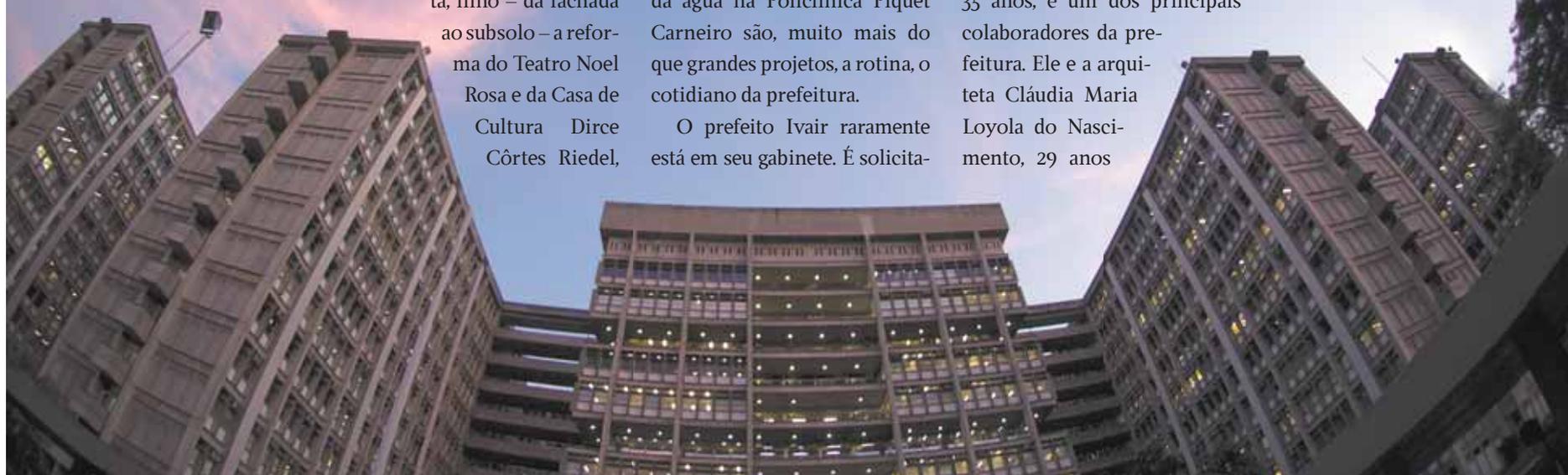
Equipe de peso

Frederico da Silva Petraglia, arquiteto atuando na UERJ há 35 anos, é um dos principais colaboradores da prefeitura. Ele e a arquiteta Cláudia Maria Loyola do Nascimento, 29 anos

de casa, estão à frente de uma equipe de 14 pessoas para cuidar de todos os *campi*. “Nós somos responsáveis por Maracanã, Caxias, Rezende, Friburgo, Teresópolis, São Gonçalo, Angra dos Reis, enfim, todas as unidades. E o segredo para se encarar tanto trabalho, o único segredo é a motivação, é gostar muito de fazer o que se faz”.

Frederico relembra o seu maior desafio como arquiteto: “Eu estava aposentado quando o Prof. Ricardo Vieiralves me perguntou se eu achava que com R\$ 40 milhões nós conseguiríamos recuperar o *campus*. Ali estava um dos meus sonhos: recuperar o *campus* para que ele fosse o mesmo que conheci recém-formado, quando a UERJ ainda estava em construção. É claro que não será mais igual, mas está cuidado. Esse estado de ânimo do prof. Ricardo e também do prof. Ivair faz diferença, faz acontecer.

Para Cláudia, a motivação também é tudo: “Sou formada por uma universidade particular e fui trazida para um estágio na UERJ há 29 anos. Trabalhava o dia inteiro e, por dois anos, de graça. Estou aqui até hoje. E concordo com o Frederico: a motivação e o apoio da equipe explicam o trabalho bem feito”.



Espécies marinhas são alvos de projeto de preservação da Oceanografia

Promover a conscientização e a educação ambiental sobre a importância da preservação dos mamíferos marinhos é um dos principais objetivos do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores. Professora Izabel Gurgel, da Faculdade de Oceanografia da UERJ, mais conhecida como Maqua, que tem como principal objeto de estudo os cetáceos (botos, golfinhos e baleias).

O projeto foi criado em 1992 por alunos da atual Faculdade de Oceanografia (na época era ainda um departamento), que começaram estudando os cetáceos da costa do Rio de Janeiro, em especial os botos da Baía de Guanabara. A primeira pessoa a abraçar a ideia foi a Prof. Izabel Gurgel, que anos depois deu nome ao laboratório inaugurado no final de 2009, atualmente coordenado pelo Prof. José Lailson Brito Júnior. “Comecei no projeto como bolsista de extensão e depois fui bolsista de iniciação científica. Terminei o doutorado, fui professor visitante e atualmente sou professor adjunto”, diz Alexandre Azevedo, professor que está no Maqua desde 1995. “A UERJ investiu na formação dos alunos de graduação e está tendo retorno agora, com os professores voltando para a instituição de origem e formando mais alunos”, observa. Atualmente são mais de 20 alunos atuando no Maqua, englobando graduação, mestrado e doutorado. “A UERJ está for-

mando uma quantidade grande de profissionais capacitados para trabalhar tanto com cetáceos, como também com oceanografia biológica, ecotoxicologia e contaminação ambiental”, completa Alexandre.

Além de botos, golfinhos e baleias, o Maqua estuda outros animais marinhos que servem como indicadores da contaminação e da saúde ambiental. “Trabalhamos também com peixes, aves marinhas e quelônios marinhos (tartarugas, cágados e jabutis)”, explica o professor. Para realizar seus projetos, o laboratório conta com parcerias com a Faperj, a Capes, o CNPq e a Petrobras.

O Maqua possui três linhas básicas de trabalho. Uma delas é mais voltada para a extensão e tem como meta levar informações às comunidades sobre o ambiente marinho e os animais, além de identificar os problemas que esses seres enfrentam. O trabalho conta com a ajuda da população, que deve informar o laboratório sobre encalhes desses animais para que haja remoção das carcaças e, posteriormente, o estudo biológico.

A segunda linha de investigação envolve o trabalho com os materiais coletados. “Hoje temos condições, em nosso laboratório, de pegar uma carcaça, fazer necropsia, coletar material biológico e obter resultados sobre a história de vida e a genética dos animais, bem como o nível de contaminação ambiental a

que esses seres estão expostos”, revela o Prof. Alexandre. E continua: “A nossa principal linha de trabalho agora trata dos fluxos contaminantes nas cadeias alimentares das baías costeiras. Precisamos entender como ocorre a contaminação em diferentes níveis tróficos, desde o pequeno peixe até o boto”. A terceira linha de pesquisa engloba os trabalhos com a ecologia e a bioacústica dos pequenos cetáceos.

Ameaças

Desde a sua fundação, a principal área de trabalho do Maqua é a Baía de Guanabara, onde é feito um monitoramento da população de boto-cinza, espécie residente em maior número na área. Todas as semanas, a equipe realiza duas visitas à Baía. A partir do convênio feito com a Petrobras em 2008, o laboratório adquiriu uma embarcação de pequeno porte para o trabalho da equipe, um equipamento para gravar o som emitido pelos animais e uma máquina fotográfica.

Segundo Alexandre, os botos são os que mais sofrem com a degradação da Baía de Guanabara. “Outros animais entram e saem esporadicamente da Baía. Há botos que habitam o local desde 1995. Sabemos que há filhotes que nasceram lá, cresceram, deram à luz a outros filhotes e continuam no local com seus filhos, ou seja, é a casa deles. Qualquer impacto que haja sobre o ambiente, os moradores são sempre os que

mais sofrem”, alerta. “A nossa grande meta é minimizar o impacto dos humanos sobre as populações de botos. Identificamos que a espécie *Sotalia guianensis* é a mais ameaçada de conservação na área. Por isso nosso trabalho é focado nelas”, diz.

O Prof. Alexandre chama a atenção para outro problema grave: a diminuição do número de botos ao longo dos anos. Em 1998, a população estimada era de 75, mas em 2010, a contagem chegou a apenas 50 animais, devido à degradação ambiental – fatores como poluição por esgoto e contaminantes, destruição das margens, do espelho d’água e pesca desordenada. “Tudo isso diminui a qualidade do ambiente para o animal viver. Somam-se a isso as capturas acidentais, que são as redes de pesca, responsáveis pela mortalidade direta”, acrescenta o professor.

Parcerias

Por conta da experiência adquirida com a análise de contaminantes, o Maqua se tornou referência no assunto. “Recebemos amostras de vários estados que têm divisa com o mar”, diz. O professor conta que alunos de diversas universidades brasileiras vão ao laboratório analisar os materiais.

O Maqua também é parceiro do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) para a análise de materiais de botos e peixes-boi provenientes daquele

estado. No Rio de Janeiro, o laboratório tem parceria com o Instituto de Biofísica da UFRJ: “Um de nossos principais parceiros é o Laboratório de Radioisótopos da UFRJ. No exterior, a maior parceria é com o Laboratório de Oceanologia da Universidade de Liège, na Bélgica”, informa.

Desafios

Para que a degradação ambiental no Rio de Janeiro não aumente ainda mais são necessárias algumas medidas. Entre elas estão: maior controle dos despejos ilegais de resíduos industriais, maior rigor na concessão de licenças para implementação de obras e a despoluição da Baía de Guanabara. A Baía de Guanabara é um exemplo de como não se deve tratar o ambiente, porque ela praticamente saturou e as atividades estão sendo deslocadas para outras áreas. Hoje a Baía de Sepetiba está recebendo o que a Baía de Guanabara recebeu há 40 anos: criação de porto e parque industrial, que se deve ao desenvolvimento do Brasil em direção ao mar. “Se não houver maior rigor, a Baía de Sepetiba, assim como outras, vai seguir o caminho da Baía de Guanabara”, alerta o professor Alexandre. Apesar das más notícias, ele acredita que ainda é possível trabalhar com desenvolvimento sustentável no Brasil. Ele acredita que um dos caminhos é a consulta às universidades, pelo governo, nas tomadas de decisões.



UERJ participa de projeto internacional de Física

Como uma das 150 instituições mundiais de ensino e pesquisa envolvidas na experiência do acelerador de partícula LHC, Universidade consolida posição de produtora de ciência

Indagar-se quanto a origem do Universo faz parte da humanidade há mais de 4 mil anos. Desde a teoria babilônica cujo mito da criação do universo se inspira na mistura de águas como a unidade primitiva que dá origem ao céu e à Terra, a origem de todas as coisas e da própria raça humana atia a curiosidade. Essa mesma curiosidade que levou dez pesquisadores da UERJ a engajarem-se em um dos mais comentados experimentos já produzidos pelo homem – o grande acelerador de partículas.

As primeiras justificativas conhecidas apoiaram-se na mitologia para explicar os astros e planetas. A teoria do *Khaos* (Caos), concebida pelo grego Hesíodo, é o meio termo entre as explicações mitológicas e filosóficas que viriam a seguir. O caos seria uma abertura, uma fenda que representaria um grande vazio que dá origem a todas as coisas. Com base na ciência atual, o conceito de vazio tem seu paralelo na teoria que revolucionou as bases científicas – o Big Bang, segundo o qual todas as coisas surgiram de uma explosão há cerca de 20 bilhões de anos.

É com todo o arcabouço teórico e prático de séculos de indagações e descobertas que três mil cientistas de 150 instituições de ensino e pesquisa de 30 países dividem a experiência do Large Hadron Collider (LHC), um grande acelerador de partículas que produz colisões de prótons numa velocidade 99,9999% da velocidade da luz. O LHC, construído ao longo de dez anos de cooperação internacional dos países envolvidos no experimento, entre eles o Brasil, foi projetado para atingir a marca recorde de 14 trilhões de eletrovolts (TeV).

Um dos cientistas que participam do projeto é o pesquisador e



coordenador do grupo de Física de Altas Energias do Instituto de Física da UERJ, Alberto Santoro. Ele explica que o colisor produz a maior energia já conseguida pelo homem e que é, a partir das reações geradas pelo choque de prótons em um ambiente que simula as condições de vácuo encontradas no espaço interplanetário, que os cientistas terão a chance de entender as condições de formação das matérias após o Big Bang.

Santoro destaca que é preciso entender que não se trata de “míni big-bangs” ou de uma recriação do universo como alguns podem acreditar. “A pesquisa do LHC é sem dúvida o maior experimento até hoje construído, mas é também um processo não só de aprendizagem como de novas formulações nas diversas áreas da ciência. E, por isso, é preciso avaliá-lo como um desenvolvimento contínuo.” Entre as áreas que são beneficiadas pelas novas descobertas estão química, biologia, medicina, ge-

ologia, ecologia, biotecnologia e microeletrônica.

Com 27 km de extensão cobrindo uma área entre a Suíça e a França (algo equivalente a 28 Maracanãs), o LHC faz parte do complexo de pesquisas do Cern (Organização Europeia de Pesquisa Nuclear), está a 100 metros abaixo do solo e registra 24 horas/dia os dados de sucessivas colisões que são, além de armazenadas, transmitidas para todas as instituições envolvidas no projeto. E a Universidade do Estado do Rio de Janeiro é uma dessas instituições.

O pesquisador Alberto Santoro explica que para participar desse, que ele denomina como o maior experimento da física, a Universidade atingiu uma alta capacidade de transmissão de dados e construiu o Hep Grid UERJ – um laboratório de computação de alto desempenho para atender às necessidades de análises de dados dos experimentos do LHC, além de prestar serviços à comunidade

de que precisar de computação de alto desempenho. É por esse laboratório conectado às outras estações do LHC que a UERJ recebe ininterruptamente a atualização dos dados produzidos pelo acelerador. Funciona como uma grande central em que os dados coletados no LHC são direcionados para as estações T1 e são em seguida repassados para as estações T2, que transmitem os dados relativos às pesquisas específicas para várias instituições, entre eles o Hep Grid. Com o grupo de dez professores, além de pesquisadores de mestrado e doutorado, a UERJ concentra suas análises dos dados retransmitidos em três frentes de trabalho: Física Frontal, B-Physics e Física de Higs.

A Física Frontal trata de eventos produzidos em baixo ângulo de espalhamento. E é de difícil compreensão visual. Santoro explica que é como se houvesse uma explosão e fosse analisado o ângulo de cada um dos movimen-

tos das partículas que explodiram. Um dos desdobramentos dessa pesquisa é a busca pelo Centauro – um evento de raios cósmicos descoberto pela primeira vez por Cesar Lattes, mas sem explicação teórica e nunca visto em física de aceleradores. Para captá-lo e conseguir assim entendê-lo, a UERJ se juntou a outros países, como a Itália, a França, a Bélgica, a Inglaterra e a Grécia e monitora detectores chamados Castors. “Essa descoberta será um marco, já que não há registros do Centauro. No entanto, a UERJ ainda espera por financiamento para arcar com a utilização do segundo detector acoplado ao LHC”.

Outras duas frentes de trabalho são a B-Physics (Física do Quark-B) e a Física de Higgs. A B-Physics trata da física que envolve todos os *hadrons* que contêm pelo menos um Quark-B na sua composição. Tal explicação, assim como a da Física Frontal, é de difícil entendimento prático porque estão mais associadas à física pura, segundo Santoro. Já a Física de Higgs é a que mais se aproxima de uma provável compreensão porque trata da tentativa de descobrir a partícula responsável em dar massa a todas as partículas elementares.

Entender a física pura e até mesmo sua aplicabilidade prática-teórica está um pouco distante da compreensão leiga. Os mistérios que inquietavam os homens ainda persistem, e o otimismo gerado pela eficácia do LHC não é fim das indagações, mas o início de muitos outros questionamentos que vão constituir a base para as novas descobertas científicas. “E assim começamos a compreender o quanto não sabíamos e o quanto não sabemos e precisamos saber”, afirma Alberto Santoro.



Algumas das contribuições do Cern para o avanço tecnológico

- > Desenvolvimento da World Wide Web
- > Supercondutores que possibilitaram os trens de alta velocidade
- > Aceleradores para tratamento do câncer
- > Ressonância magnética usada na medicina

Universidade

Concursos públicos atingem maior nível em duas décadas

Estabilidade no trabalho, aposentadoria diferenciada e reconhecimento profissional. Estes são alguns dos motivos pelos quais os brasileiros recorrem aos concursos públicos como forma de resolver a questão profissional. As opções para quem quer seguir esse caminho são variadas e, nos últimos anos, as oportunidades têm sido constantes, com várias instituições de diferentes segmentos abrindo concursos e possibilitando a contratação de funcionários por meio de um processo considerado como o mais democrático.

Na UERJ, uma das mais bem conceituadas universidades públicas do país, esse quadro não é diferente. Desde 2009, a instituição realiza periodicamente concursos públicos. São oportunidades para profissionais de níveis médio, técnico e de nível superior. “O primeiro concurso que fizemos foi em 2008, no qual oferecemos duas vagas para médicos no Núcleo de Estudos de Saúde do Adolescente (NESA). Naquele ano nos programamos para começarmos a executar os concursos em 2009, 2010 e 2011”, explica Sergio Corrêa Marques, diretor da Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da Universidade.

Dos concursos realizados em 2010, três estão encerrados: para técnico de enfermagem (60 candidatos foram convocados e estão na etapa de entrega de documentos e exames pré-admissionais); para médico de terapia intensiva (foram convocados cinco médicos do concurso) e para assistentes administrativos (setor em que foram oferecidas inicialmente 28 vagas, cuja convocação começa em junho). Outros 13 concursos estão em

andamento e com previsão de nomeação ainda em 2010: são vagas disponíveis de advogados, analistas de sistema GRID, analistas de sistemas de suporte e de desenvolvimento, engenheiro eletrônico GRID e médicos de diferentes especialidades.

Segundo o diretor da SRH, o aumento no número de concursos na UERJ se deve ao fato de não ter havido concursos para técnico-administrativos nos últimos anos, principalmente entre 2004 e 2007. “O que houve nesse período foi o aproveitamento de vagas de concursados, mas não em quantidade significativa”, informa. A reposição desses funcionários estava sendo feita, até então, por meio de contratos temporários. Para Sergio, “isso a gente tem que corrigir, até mesmo por força da lei. Contratos temporários devem existir apenas em caráter emergencial. Por isso intensificamos a prática de concursos públicos”.

O Superintendente também diz que, à medida que UERJ cresce, torna-se necessária a realização de concursos para compensar o aumento de atividades: “Estamos sempre trabalhando com o intuito de complementar ou fazer a reposição de pessoal em função de aposentadorias, exonerações e outros tipos de afastamentos”, diz. A construção de um banco de potencial para suprir futuras demandas também é citada pelo dirigente da SRH, esclarecendo que o banco não é, porém, prioridade: “Todos os concursos que estamos fazendo são para atender a necessidades imediatas. Não se trata de simplesmente fazer concurso, em uma perspectiva de que futuramente iremos precisar. Todos os concursos decorrem de necessidade real –



assim que finalizamos as etapas convocamos imediatamente os candidatos”. Além dos concursos encerrados e daqueles que estão em andamento, que já está autorizada pelo Reitor a realização de 16 novos concursos. Outros 28 estão sendo analisados.

Além da possibilidade de selecionar profissionais prontos para exercer suas funções junto à instituição que os contratou, o concurso público é uma forma de suprir as demandas existentes ao possibilitar mudanças positivas: “É sempre bom a entrada de pessoas novas na instituição. Isso promove um pouco de mudança, de inovação. Essa renovação é importante pelo fato de as pessoas estarem trazendo coisas novas, proporcionando a revitalização no quadro de pessoal da Universidade”, avalia Sergio Marques.

O Reitor Ricardo Vieiralves também identifica no concurso a possibilidade de um maior comprometimento por parte do funcionário. Ele tem certeza de que o melhor para uma instituição pública é o funcionário de carreira, os funcionários efetivos motivado, que se engaja no processo de construção da Universidade e se compromete

com a missão institucional. “Na realidade, há muitos anos a Universidade não abria tantos concursos. A minha decisão política e administrativa foi fazer uma recomposição do quadro administrativo e técnico da universidade, assim como do quadro docente. Foi uma decisão em função da autonomia universitária e do que é melhor para a instituição. Um dos feitos que, ao fim da minha gestão reitoria, vou me orgulhar é o de ter sido o Reitor que mais abriu concurso público nas últimas décadas”, pondera.

Prioridade

Dentre os concursos realizados desde 2009, a área médica está entre aquelas que mais oferecem vagas. “A área biomédica, especialmente os setores de atendimento, pesquisa e saúde estavam com déficit histórico de pessoal”, diz o Reitor da UERJ, Ricardo Vieiralves. O superintendente da SRH acrescenta que, além da área médica, havia carência de servidores também na área administrativa: “Essas eram as duas áreas mais críticas”.

Em 2008, a Superintendência de Recurso Humanos apro-

veitou um estudo realizado pelo Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal (DESEN) para examinar a situação do quadro técnico-administrativo e as áreas mais carentes de servidores. Foi feita a análise situacional de servidores técnico-administrativos, que mostrou quais eram as demandas de pessoal em cada setor. Algumas unidades trouxeram novas demandas, que estão sendo atualizadas.

Docentes

Assim como a recomposição no quadro técnico-administrativo, a renovação do quadro docente da UERJ é outra área de demanda constante. De acordo com a Vice-reitora Maria Christina Paixão Maioli, “existe um fluxo constante de solicitações de concursos para atender as vacâncias decorrentes de afastamentos de professores efetivos devido a aposentadorias e demissões”. Para a Vice-reitora, a demanda por abertura de concursos para provimento de vagas docentes foi objeto de estudo da Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente (COPAD), responsável pelo estabelecimento das nor-

CONCURSOS UERJ 2010

CONCURSOS ENCERRADOS

CURSO	VAGA
Assistente Administrativo	28
Médico CTI	4
Técnico de Enfermagem	65

Fonte: SRH

CONCURSOS EM ANDAMENTO

CURSO	VAGA
Advogado	5
Analista de Sistema GRID	2
Analista de Sistema de Suporte Desenvolvimento	6
Engenheiro Eletrônico GRID	1
Médico: Anestesiologista	5
Médico: Cirurgia Plástica	3
Médico: Cirurgia Vasculare	3
Médico: Hemoterapia	1
Médico: Oncologia Clínica	1
Médico: Pediatria Intensiva	8
Médico do Trabalho	2
Técnico em Química	22

Fonte: SRH

CONCURSOS AUTORIZADOS

CURSO	VAGA
Auditor	3
Bibliotecário	6
Contador	3
Dentista: Cirurgia Bucomaxilofacial	2
Farmacêutico	6
Fisioterapeuta	6
Pedagogo Área Acadêmica	2
Pedagogo Área RH	1
Médico: Alergia e Imunologia	2
Médico: Hematologista	3
Médico: Cirurgia Pediátrica	3
Médico: Família e Comunidade (24h)	4
Médico: Neurologista	4
Médico: Oftalmologista	3
Médico: Pneumologista	3
Técnico de laboratório de análises Clínicas	14

Fonte: SRH

CONCURSOS AUTORIZADOS PARA PROFESSOR TITULAR

UNIDADE	DEPARTAMENTO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	VAGA
ESDI	Projeto de produto	Desenho de produto	40	1
FIS	Física nuclear e altas energias	Física das partículas elementares e campos	40	1
IPRJ	Engenharia mecânica e energia	Transferência de calor	40	1
IMS	Epidemiologia	Epidemiologia nutricional	40	1
FEN	Estruturas e fundações	Estruturas metálicas	40	1
FCE	Evolução econômica	Economia política	40	1
ENF	Enfermagem médica cirúrgica	Enfermagem de doenças contagiosas	40	1
FCS	Relações públicas	Relações públicas	40	1
FCM	Clínica médica	Clínica médica	40	1

OBS.: Todos os concursos para Titular estão em fase de preparação de Editais. Fonte: SRH

mas de distribuição e coordenação da carga horária docente de cada departamento.

Foi com base nas solicitações que em 2009 a COPAD concedeu 5.500 horas para provimento dos cargos de professor titular (último nível da carreira docente), professor adjunto (professores doutores) e também para a ampliação de carga horária de professores efetivos, de 20 para 40 horas. Dessa concessão de horas foram abertas 113 vagas, que estão sendo preenchidas por meio de concurso público ou pelo banco de potencial, e 61 ampliações de carga horária docente.

Desde 2009, das 30 unidades acadêmicas da UERJ, 28 foram contempladas com a abertura de 92 editais de concurso para docente. Estão previstos para 2010 nove concursos para professor titular. Além daqueles em andamento, Christina Maioli informa que a COPAD deve iniciar o planejamento para a realização, em breve, de novos concursos. Devido ao calendário eleitoral, porém, novos concursos só poderão ser realizados em 2011.

A maioria das vagas dos concursos disponíveis para os docentes na UERJ é para aqueles que possuem titulação de doutorado. Segundo a Vice-reitora, a Universidade necessita profissionais que, além de exercer a função docente, produzam novos saberes por meio de projetos de pesquisa e extensão. “Um professor universitário não deve dissociar o ensino da pesquisa ou vice-versa. Daí a prioridade pelo professor com doutorado. Assim ele pode ser o protagonista de suas ações como professor pleno, cumprindo integralmente o que está exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”, completa a professora.

Segundo o Reitor Ricardo Vieiralves, na UERJ 60% do quadro docente são de doutores. Ele admite que esse ainda não é

o número ideal: “Já existe uma oferta suficiente de doutores no Brasil e nós temos capacidade de absorvê-los. Nossa meta é chegar – em cinco a dez anos – a 93% ou 94% de doutores e eu acho que conseguiremos”. Para alcançar esse índice, Vieiralves diz que existe na Universidade um Programa Especial de Capacitação Docente, solicitado por ele à Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2), “com o intuito de promover e auxiliar os nossos colegas a se doutorarem o mais rápido possível”. Nesse programa, os professores assistentes (que possuem mestrado) e também os auxiliares (que não têm mestrado nem doutorado) são estimulados a obter titulação.

Histórico de 10 anos

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Seleção e Desenvolvimento Pessoal (DESEN), em 2000 foram abertos oito concursos públicos para técnico-administrativos, nos quais eram oferecidas 60 vagas divididas entre os cargos de advogado, agente de segurança (de ambos os sexos), bibliotecário, motorista e pedagogo. Nos 41 concursos realizados em 2001, foram abertas vagas para diversos cargos: administrador, analista de sistemas, assistente social, biólogo, comunicador social, contador, desenhista projetista, enfermeiro, enfermeiro do trabalho, engenheiros eletricitista e civil, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico (algumas especialidades), motorista, nutricionista, psicólogo, químico, técnico em contabilidade, segurança do trabalho e em edificações e terapeuta ocupacional. Além desses, houve outro concurso para nível superior em 2003 que, no entanto, foi anulado. Em 2005 foi aberto concurso para o cargo de advogado, cuja vaga era para provimento posterior – o denominado banco de potencial.



Pesquisa e ensino

Parcerias internacionais dão visibilidade a pesquisas da Policlínica Piquet Carneiro

A projeção internacional faz parte da história da Policlínica Piquet Carneiro. Ao iniciar as suas atividades há 43 anos como Posto de Atendimento Médico São Francisco Xavier era considerado o maior da América Latina. Há 15 anos, após o início da co-gestão com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Policlínica mantém a sua visibilidade externa, agora com a produção de estudos publicados no Brasil e no exterior.

Entre as pesquisas realizadas pela Policlínica Piquet Carneiro, a primeira, iniciada em 2008, ganhou destaque internacional: “Fomos contemplados pela Organização Pan-Americana de Saúde como Centro de Excelência na área de vacinas para o Projeto na América Latina e Caribe, com financiamento da Fundação Bill Gates. Estou em Washington no momento para discutir a operacionalização do serviço nos próximos cinco anos”, contou por email o diretor científico da PPC, Denizar Vianna, no final de maio.

O primeiro passo para a implantação das novas pesquisas foi adicionar o ensino, a pesquisa e a extensão ao perfil ambulatorial da unidade. “Apresentamos ao corpo assistencial os planos da diretoria científica para criar a cultura de pesquisa na PPC. Também visitamos as coordenações acadêmicas para conhecer a capacidade instalada de pesquisa e para saber as necessidades de cada uma e, no segundo semestre de 2009, oferecemos um curso de capacitação em pesquisa clínica. Com verba do CNPq foram feitos in-



Denizar Vianna, diretor científico da Policlínica, na sede regional da Organização Mundial de Saúde em Washington, D.C.

Há 15 anos, após o início da co-gestão com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Policlínica mantém a sua visibilidade externa, agora com a produção de estudos publicados no Brasil e no exterior

vestimentos na infra-estrutura do Centro de Estudos para auxiliar os grupos de pesquisa em metodologia e análise de dados. Em 2010 iniciamos a divulgação dos primeiros resultados de iniciativas de pesquisadores da Policlínica”, relata Vianna.

Um dos projetos desenvolvidos nos últimos anos foi “Fragilidade em Idosos Brasileiros” (Fibra), formado por uma rede de pesquisas iniciada em 2006 como resultado de uma parceria entre o Cuidado Integrado à Pessoa Idosa (CIPI), da Polí-

ca Piquet Carneiro, e grupos de estudos das universidades Federal de Minas Gerais, Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo. Ao todo, foram visitados 8.500 idosos em diversas cidades brasileiras. Destes, cerca de 1.300 fazem parte do pólo Rio de Janeiro, que abrange o todo o estado e também o município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. “Os dados recolhidos foram incluídos em um único banco de dados, o que permite que sejam usados em trabalhos acadêmicos e como

base para publicações nacionais e internacionais”, diz Roberto Lourenço, coordenador do CIPI e do projeto Fibra do pólo Rio de Janeiro.

Esse projeto está agora na segunda fase: a equipe do Laboratório de Pesquisa em Envelhecimento Humano (Geronlab) está examinando os dados coletados, em busca de distúrbios cognitivos e de prevalência de demência na população entrevistada. O objetivo é que, no futuro, tais informações sejam revertidas em be-

nefício da população idosa e permitam que outros grupos de pesquisa possam validar os instrumentos de avaliação cognitiva. Segundo Roberto Lourenço, a Policlínica só tem a ganhar com novos projetos: “As pesquisas auxiliam na captação de recursos para a compra de novos equipamentos e na formação de recursos humanos, especializados em envelhecimento, nas áreas de pesquisa e assistência”.

Outro setor da Policlínica que firmou parcerias com instituições externas foi o Laboratório de Lipídes (LabLip), voltado para a pesquisa clínica-experimental e vinculado à disciplina de Cardiologia da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. Desde 2008, o LabLip participa do Programa de Controle de Qualidade Externo Internacional (Preveval) para Bioquímica, desenvolvido pela BioSystems, empresa especializada em equipamentos para laboratórios sediada em Barcelona, na Espanha. “Mensalmente, eles nos enviam o soro liofilizado (desidratado) e nós o reconstituímos e dosamos. Desta forma, avaliamos a qualidade do produto e enviamos o resultado para a BioSystems”, explica o coordenador do Laboratório de Lipídes, José Firmino Nogueira Neto.

Essas ações, diz o diretor científico da PPC Denizar Vianna, faz com que o ambiente de pesquisa melhore a prática assistencial e, com isso, todos se beneficiam: pacientes, profissionais da saúde e a própria Policlínica Piquet Carneiro.